

RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS NA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA E XINGU- PARÁ: REPERCUSSÕES DE PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E AMBIENTALIZAÇÃO

CONTEMPORARY RURALITIES IN THE TRANSAMAZÔNICA REGION AND XINGU-PARÁ RIVER: REPERCUSSIONS OF SCHOOLING AND ENVIRONMENTALIZATION PROCESSES

Alcione Sousa de Meneses 1
Ramonildes A. Gomes 2

Resumo: O artigo se acosta no debate acerca da emergência das novas ruralidades a partir da incorporação cultural e política de elementos externos ao espaço rural. A análise centra-se em dois processos concomitantes a partir da década de 1990 no território Transamazônica-Xingu: a ambientalização das estratégias da ação coletiva representativas dos agricultores e a escolarização diferenciada proposta por esta ação coletiva destinada a jovens agricultores. Diante das mudanças sociais evidenciadas, questionamos quais expressões de ruralidades emergiram desse processo? Quais as características empíricas de um novo rural se fazem presentes no contexto do mundo urbano envolvente? Os dados quantitativos e qualitativos resultantes da pesquisa feita com egressos da escola Casa Familiar Rural apontam a reinvenção da identidade dos mesmos, que se auto definem agricultores profissionais; bem como de suas práticas socioprodutivas no que concerne à vivência dos espaços rurais e urbanos, formas de gestão da propriedade rural orientadas por uma ética ambientalizada.

Palavras-chave: Ruralidades. Educação escolar diferenciada. Ambientalização. Pedagogia da Alternância.

Abstract: The article focuses on the debate on the emergence of new ruralities from the cultural and political incorporation of elements external to rural areas. The analysis focuses on two concomitant processes since the 1990s in Trans-Xingu territory: the environmentalization of strategies of collective action representing farmers and the differentiated schooling proposed by this action for young farmers. In view of the social changes evidenced, do we question which expressions of ruralities emerged from this process? What are the empirical characteristics of a new rural being present in the context of the surrounding urban world? The quantitative and qualitative data resulting from the research done with students who studied at the School Rural Family House, point to the reinvention of their identity, which define professional farmers; as well as its socio-productive practices with regard to the experience of rural and urban spaces, forms of management of rural property guided by an environmentalized ethics.

Keywords: Ruralities. Differentiated school education. Environmentalization. Pedagogy of Alternation.

Professora da UFPa/Faculdade de Etnodiversidade/Curso Educação
do Campo. Doutoranda do PPGCS/UFCG) Membro do Grupo de pesquisa
Laboratório de Estudos Rurais e Ambientais (LERA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0821011892711320>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5831-2742>.
E-mail: alcione@ufpa.br 1

Professora Associada da UFCG/PPGCS. Coord. do Grupo de pesquisa
Laboratório de Estudos Rurais e Ambientais (LERA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7709505914296073>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5009-9625>.
E-mail: rnildes@hotmail.com 2

Introdução

O mundo rural brasileiro vem se configurando como expressão de dinâmicas sociais que não se esgotam nem na tese de sua finitude pelo avanço da urbanização e industrialização, nem na tese de renascimento de um rural tradicional, como se as transformações vividas em seu percurso histórico não lhe acrescentassem arranjos socioculturais e econômicos inéditos e/ou reinventados.

A categoria ruralidades explicita as características de um rural em que coexistem representações sociais, identificações heterogêneas; não se apagam as diferenças entre o rural e o urbano, mas estas se intercambiam na construção de pertencimentos e práticas produtivas nem sempre referendadas unicamente na agricultura. As ruralidades contemporâneas, muitas vezes, têm deslocado suas referências identitárias exclusivamente do 'domínio da necessidade' (o trabalho); também observa-se a não homogeneização socioespacial, há a permanência dos dois polos rural e urbano, ainda que o 'rural' seja uma referência espacial, mas cada vez mais 'inserido num campo ampliado de trocas' (WANDERLEY, 2009, pp 244-248), de forma que o rural se torna tanto um "ator coletivo", quanto representações que os atores constroem sobre esse espaço e aqueles polos.

A partir dessa chave de análise elegemos dois elementos que julgamos pertinentes para compreender a reorganização do rural contemporaneamente: a escolarização e o processo de ambientalização da ação coletiva¹ representativa dos agricultores, especificamente na região Transamazônica e Xingu, que fora uma importante frente de colonização agrícola na década de 1970, nem por isso mais assistida pela ação pública². O ambiente, especialmente a partir da década de 1990 é assumido como estratégia argumentativa e como forma de luta distintas das tradicionais ligadas ao sindicalismo rural; redimensiona-se antigas lutas, mas também impõe-se demandas do campo do conhecimento técnico/acadêmico para atender ou adequar-se aos constrangimentos postos por demandas da ação pública e a busca por recursos. A condição para efetivar-se o ideal de produção agrícola econômica e ambientalmente sustentável passa a exigir capacidade gerencial das organizações sociais e, conseqüentemente, mão-de-obra mais qualificada, além de aptidão à diversificação de culturas e à preservação dos recursos naturais (EHLERS, 1999).

É neste contexto que se dá a implantação de escolas comunitárias geridas pela ação coletiva, as Casas Familiares Rurais (CFRs), além de outras formas de intervenção social junto aos agricultores familiares que trazem como referências o conhecimento escolar e técnico como pilar para o desenvolvimento ambientalmente sustentável; estratégias que cumpririam o papel de uma nova forma de aprendizagem social ou *socialização racional* dos filhos dos agricultores (WEBER, 1979).

A CFR destina-se a formar jovens do campo nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como profissionalizar estes jovens com técnicas na área da agricultura, pecuária e noções de cooperativismo, associativismo. Envolve nesta problemática anteriormente exposta, o artigo tem por objeto de estudo as ruralidades que ganham formas graças ao intercruzamento entre atores, projetos e elementos socioculturais do mundo urbano e do mundo rural desencadeados pela ambientalização e pela escolarização enquanto repercussões de políticas da ação pública.

Objetivamos compreender os significados e formas de permanência do rural em um contexto contemporâneo onde assiste-se ao fato de *jovens agricultores*³ se profissionaliza-

1 Por **ação coletiva** compreendemos a variedade de quadros institucionais criados pelos agricultores a partir de tipos de ação social no cenário político, econômico e institucional que, na sociologia da ação coletiva, engloba "[...] desde as manifestações primárias ou elementares da ação de massa [...] até aquelas marcadas pela presença de estruturas organizacionais racionalmente concebidas para a consecução de fins como é o caso de alguns movimentos sociais" (AZEVEDO & PRATES, 1991, p.124).

2 Como recurso analítico, considero **ação pública** os sentidos projetados pelas políticas públicas, os projetos e os programas governamentais/estatais.

3 Ao longo do texto usaremos as denominações **jovens agricultores** ou **jovens CFRs** para fazer referência aos egressos desta escola comunitária, e *famílias* ou *pais CFRs* para indicar a família de origem destes jovens. A palavra *jovens* encontra-se em itálico para demarcar o fato de que os egressos pesquisados

rem ou tenderem a práticas socioprodutivas não diretamente ligadas ao trabalho nos lotes; apreender as características empíricas de um possível novo rural que incorpora elementos do mercado, da escolarização, bem como elementos externos advindos de contextos nacionais e internacionais como a precaução ambiental.

O público alvo e o recorte temporal da pesquisa foram 70 alunos egressos das cinco turmas formadas na experiência piloto de CFR no município de Medicilândia/PA, entre os anos de 1995 a 2007. Deste público, foi construída uma amostra aleatória de 31 alunos, ou seja, 44% do total de egressos, com os quais realizamos entrevistas semidiretivas, bem como com suas famílias e lideranças locais. Lançamos mão ainda de análise de documentos produzidos pelas organizações sociais, dentre outros.

O texto articula dois níveis de discussão. Primeiro apresentamos as condições sociais e políticas que levaram a ação coletiva representativa dos agricultores a incorporar o meio ambiente como um trunfo político, e como esse processo de ambientalização expõe necessidades de escolarização específica ou diferenciada, pois gerida pela ação coletiva, e ambas confluem para a reconfiguração de ruralidades distintas, híbridas, heterogêneas (CARNEIRO, 1998).

Na segunda sessão caracterizamos estas formas de ruralidades a partir de tipificações tomando por referência a relação campo-cidade (ou rural-urbano) presente nas formas de identificação, moradia, trabalho dos jovens egressos da CFR. Em todos os casos observamos que a agricultura continua sendo uma forte marca das formas de pensar, sentir e agir destes jovens agricultores, mas substancialmente distinta de outras gerações. O capital cultural (saber escolar ambientalizado) lhes possibilita auto definir-se como agricultores profissionais, com “mais técnicas”; suas práticas socioprodutivas, mesmo as atividades desenvolvidas na cidade, guardam um profundo compromisso com a reprodução social do grupo familiar de origem e com a reprodução ou ampliação do espaço social construído pela ação coletiva.

A busca por escolarização diferenciada via CFR motivada pela incorporação do meio ambiente como problema social na ação coletiva

O mundo rural brasileiro vem sendo construído pelo enfrentamento de situações próprias de sua história social marcada por instabilidade econômico-política e precariedade estrutural, que resultam em uma identidade política contrastiva com o latifúndio e o autoritarismo do Estado (WANDERLEY, 1997; MORAES, 1998). Os atores sociais representativos da agricultura se colocam, via ação coletiva, em relação concorrencial ou de parceiras para manter-se no campo de disputas por recursos e dar conta de adequar-se à exigências postas pelas políticas da ação pública, a fim de criar as condições de possibilidade para manutenção de projetos coletivos, sejam os familiares, sejam os políticos de alcance estrutural. Da confluência destas relações resultam ruralidades diversas que se expressam de formas distintas dependendo dos “[...]universos culturais, econômicos e sociais onde o rural se manifesta” (CARNEIRO, 1998).

Na Transamazônica-Xingu, na década de 1990, como estratégia para manter-se neste campo de disputas e capacidade de reprodução da agricultura praticada por pequenos agricultores, a ação coletiva (constituída pelos STTRs, incluindo as entidades regionais como o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica/MPST e Fundação Viver, Produzir e Preserva/FVPP, aliados a representações de alcance nacional como CONTAG/CUT), reivindicam e propõem políticas públicas cujo resultado foi a conquista de financiamentos do FNO Especial e de forma

não se adequam aos principais critérios ocidentais homogeneizantes de juventude definidos por organismos internacionais como a OMS e UNESCO. Definem a ideia de juventude a partir da faixa etária entre 15 a 24 anos, entrada no mundo do trabalho, e o indicativo da finalização da formação escolar aos 24 anos, etc. Estes critérios não condizentes com a caracterização dos jovens que estudaram na CFR, pois que estes ingressaram nesta escola com idades entre 13 a 43 anos para cursar a quinta série, atual sexto ano do ensino fundamental. A despeito destas caracterizações formais, os egressos eram/são nominados como *jovens*, pelas lideranças entrevistadas, pelos pais, etc. Nas citações de trechos de entrevistas, usaremos a identificação numérica “*Ex-aluno 1; 2* etc”, conforme a sequência em que foram entrevistados.

mais eloquente a institucionalização do Pronaf, que marcou o reconhecimento político da agricultura familiar (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Como consequência desta conjuntura, tem-se a capitalização dos estabelecimentos agrícolas via créditos, bem como a necessidade de profissionalização da gestão das organizações sociais da ação coletiva, tendo em vista que estas são postas na posição de parceiros do Estado na execução de políticas públicas. Constitui-se assim um processo de rotinização da ação coletiva que se legitima pela institucionalização (WEBER, 1991). A estes desafios somam-se as exigências e constrangimentos legais nos anos 2000 da chamada terceira geração de políticas para a agricultura familiar, pautadas pela construção de mercados para a segurança alimentar, e pela sustentabilidade ambiental (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Desta forma, forçadas pela evolução diferenciada dos estabelecimentos agrícolas, pois capitalizados mas com desafios técnicos para inserir-se no mercado, e pela estrutura de legitimidade institucionalizada, sobretudo do MPST, as organizações buscam ampliação de sua rede de parceiros políticos, agora com entidades e órgãos de pesquisa (EMBRAPA, UFPA, Laboratório Agroecológico da Transamazônica, etc) passíveis de atender estas demandas que a sua Fundação, FVPP, já não atendia.

Paulatinamente, um processo de 'Ambientalização' das práticas sociais dos agentes coletivos, foi se dando. Trata-se de um processo sociopolítico em que as ações e relações dos agentes passaram a ser pautadas pelas questões ambientais enquanto preocupação com a natureza e a relação do homem com a mesma⁴; preocupação esta definida por Lerrère (1997) como o 'bom uso da natureza', o qual decorre da construção e/ou ampliação do padrão de preocupação moral com os recursos naturais.

Acselrad (2010, p 103), aponta que a ambientalização das lutas sociais designa a "adoção de um discurso ambiental genérico", e a "incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas e científicas".

Se, por um lado, as políticas de créditos agrícolas, sobretudo o Pronaf, atribuem visibilidade à agricultura familiar⁵, bem como lhe possibilita colocar-se numa rede de parcerias nacionais e internacionais ao assumir o discurso ambiental em sua ação coletiva, por outro impõem ou introduzem dinâmicas diferenciadas às práticas dos agricultores, tanto pela exigência formal da profissionalização dos mesmos para inserção nos mercados agropecuários, em que a escolarização é posta como meio de acesso a este ideal, quanto pelas exigências tácitas através dos discursos do *campo político*, no qual a agricultura familiar é posta como o "maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica" (MATTEI, 2006, p. 13).

Alguns dados estatísticos do meio rural desta fase demonstram esta "fragilidade técnica", por exemplo, através do nível de escolaridade dos responsáveis pelos lotes dos Projetos de Assentamento (realidade não diferente das áreas de colonização agrícola): 28,0% destes agricultores nunca foram à escola, 28,0% cursaram até a 2ª série fundamental e apenas 2,0% têm escolarização acima do fundamental (BRASIL.MDA, 2006). Quanto ao público que se convenção definir como juventude, dados censitários indicam que 29,8% da população do campo no Brasil, com 15 anos ou mais, é analfabeta (como contraste: na zona urbana este número é de 10,3%), sendo que este quadro se agrava nas regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2000), e, no estado do Pará apresenta o 2º pior índice (de 61,2%) da região Norte na relação de distorção

4 Destaco que a questão assim exposta não significa afirmar que os camponeses ou agricultores familiares apresentam um modo de vida cujo cuidado com a natureza não seja colocado como preocupação; antes, os mesmos, em geral, têm um comportamento ambientalmente orientado, porém não pela ideologia ambientalista, mas pela necessidade de garantia de seu modo de produção e sua autonomia social/produzida, os quais dependem da fertilidade dos solos e demais recursos naturais como água em seus lotes e alguns produtos da floresta que possam ser consumidos e/ou vendidos.

5 Agricultura familiar é uma classificação criada a partir do PRONAF, em 1996 pelo Estado, a qual representaria a legitimação de uma "nova categoria social – os agricultores familiares" (MATTEI, 2006). Desta forma esta nomenclatura (incorporada pelo campo acadêmico e incorporada pelos agricultores como auto definição em contextos diversos), diz respeito, notadamente, a um cenário de classificações e nomenclaturas de acesso aos benefícios da política agrícola na década de 1990.

série-idade no ensino fundamental (BRASIL.MDA, 2006). No nível prático/cotidiano é visível a necessidade crescente dos agricultores de ter escolarização para acessar os créditos rurais. Para tanto, no mínimo, precisam saber ler e escrever, tal é a exigência prática dos contratos bancários.

Assim, ao que apontam este contexto e os documentos das organizações sociais, o lugar 'orgânico' da CFR como parte de um projeto de desenvolvimento regional, por exemplo, vem se dando na mesma proporção da 'ambientalização' das propostas de intervenção da ação coletiva na agricultura familiar a fim de consolidá-la. De modo que 'ambientalizar' as práticas agrícolas implicava construir uma preocupação moral com a natureza, mais precisamente, com os recursos naturais. Isto, objetivamente, passava pelo aprendizado de técnicas agroecológicas que, em geral, não compõem o conjunto de conhecimentos tradicionais dos agricultores, no entanto eram/são imprescindíveis para o cumprimento das exigências legais e das exigências advindas do perfil dos órgãos financiadores.

As Casas Familiares Rurais são escolas comunitárias⁶, cuja metodologia inspira-se na Pedagogia da Alternância, de origem francesa, a qual consiste na alternância entre tempos e lugares de formação (15 dias na escola em regime de internato, e 15 dias na propriedade rural familiar, realizando pesquisas, inventários e experimentos), essa cadência curricular constitui os Tempos Escola e os Tempos Comunidade. Neste movimento pretende-se articular os saberes tradicionais aos conhecimentos formais da base comum curricular e da área específica em agropecuária, noções de cooperativismo, associativismo, cujo o meio ambiente seja transversalizado enquanto temática em todas atividades teóricas e práticas).

Em termos de gestão organizacional, estas escolas são geridas pela Associação de Pais e ex-alunos, bem como por lideranças das organizações sociais representativas dos agricultores. Em 1996, foi criada a Associação Regional de Casas Familiares Rurais (ARCAFAR-Norte e Nordeste), enquanto entidade que representa os centros de formação por alternância. No Brasil há outras experiências escolares que atuam a partir da Pedagogia da Alternância com algumas variações metodológicas e organizacionais, a exemplo das EFAS (Escola Família Agrícola). Na região Transamazônica-Xingu, a primeira experiência deu-se em 1995 no município de Medicilândia (lócus da pesquisa que originou este artigo). Ao longo da década de 1990 e 2000 outras CFRs foram construídas em nove municípios desta região. A dependência de recursos públicos, principalmente das Secretarias Municipais de Educação, faculta o funcionamento destas escolas, nem sempre incluídas como parte da política pública dos municípios. Por vezes as CFRs são mantidas apenas pela Associação de Pais e contribuições dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP).

A partir de 1996, percebe-se de forma mais nítida o processo de ambientalização dos programas de intervenção da ação coletiva⁷, notadamente no *campo político* regional em diálogo com transformações no cenário nacional e internacional, o que certamente provocou a reformulação do Projeto Global de Desenvolvimento (PGDT)⁸ orientador da ação coletiva dos

6 A seleção dos estudantes é feita tomando-se por referência a relação deste e sua família com o campo, com o trabalho na agricultura familiar e, em certa medida, a relação destas famílias com as organizações sociais, dentre elas o Sindicato de Trabalhadores/as Rurais.

7 Por certo, contribuíram para esta 'completa' ambientalização os recursos do PP/G-7 - considerado o maior programa em iniciativas socioambientais no Brasil -, bem como as mudanças recém introduzidas com as políticas territoriais do Estado. Aquino (2009, p. 234) analisa, por exemplo, que as exigências dos financiadores do PP/G-7 quanto à participação da sociedade civil na execução dos projetos aprovados pelo Programa induziram à dinâmica de criação de instituições privadas com fins públicos na Amazônia nos anos de 1990 e de 2000, notadamente com princípios e práticas ecológicas. Inicia-se na Transamazônica, neste contexto, sob a coordenação da FVPP, a denominada fase de experimentação de projetos agroecológicos nos municípios, chamados de Projetos Demonstrativos. Com recursos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e PP/G-7 (liberados principalmente a partir de 1999), esta fase teve como principais ações o Projeto Roça Sem Queimar, as Reservas Comunitárias de Porto de Moz, e o Projeto de Valorização e Conservação das Reservas Florestais Legais, nos lote dos pequenos produtores rurais nos municípios de Pacajá e Medicilândia.

8 Trata-se do documento orientador das ações coletivas direcionadas ao campo e à cidade. Dada a

agricultores neste mesmo ano. Com isto, assiste-se a uma mudança substancial nos objetivos e finalidades deste PGDT de 1996 em relação aos de anos anteriores. Isto fica visível nas páginas em que se vê o destaque ao “desenvolvimento e à sustentabilidade da pequena produção familiar”; à necessidade de “construir um projeto que compreende mais que buscar linhas de crédito”; à necessidade de “esclarecer ao trabalhador sobre o que é viável plantar, cultivar a terra de maneira que se preserve o meio ambiente e garantindo a sobrevivência na família”. Junto a estas propostas, a CFR é anunciada como “projeto destinado aos jovens filhos dos agricultores” (MPST; FVPP, 1996).

Este lugar da CFR e dos *jovens agricultores* na ação coletiva como “prioridade estratégica para o desenvolvimento da agricultura familiar dessa região” (MPST; FVPP, 1996, p. 9), amplia-se quando aquela passa a ser considerada como instrumento central de “difusão dos projetos agroecológicos” dentro do “Projeto de Consolidação da Produção Familiar Rural e CONTENÇÃO dos Desmatamentos na Transamazônica e Baixo Xingu” de 2001.

O que acontece aos agricultores socializados nas condições contemporâneas rotinizadas, marcadas por mudanças estruturais e institucionais das agências tradicionais de socialização, das quais as CFRs são produtoras e produtos (enquanto escolarização diferenciada, pois destinada a um público específico e com finalidades para além do direito universal de escolarização)?

Ruralidades escolarizadas e ambientalizadas

Para efeito de análise tipificamos os *jovens* egressos da CFR considerando sua relação com o campo e com a cidade: *CFRs campo* (68% da amostra), corresponde aos que residem exclusivamente no campo; *CFRs campo-cidade* (19%), ou seja, os que mantêm ocupações profissionais na cidade e têm suas residências no campo ou vice-versa; *CFRs cidade* (13%), moram e trabalham na cidade, mas mantêm relações com o campo, entre estes estão os CFRs que atuam, sobretudo, nos quadros institucionais da ação coletiva e exercem o papel de *dirigentes*⁹.

O exercício da ruralidade escolarizada e ambientalizada no interior do grupo doméstico

A noção de ruralidade ou novas ruralidades corresponde à dinâmicas de “construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos” (CARNEIRO, 2012, p.46). É, ao mesmo tempo, uma categoria social subjetiva e uma categoria social objetiva, ao modo de uma estrutura estruturante que dá forma aos aspectos subjetivos, às representações e às práticas dos sujeitos nela socializados.

No interior do grupo doméstico, a expressão da ruralidade desses jovens denota proces-

capacidade organizacional e de influência deste documento em apresentar agendas e demandas à ação pública, este documento e suas versões reformuladas ao longo da década de 1990 é considerado o primeiro a dar um caráter de política pública às ações institucionais na região. O PGDT começou a ser construído em 1991 no “Grande Acampamento de Altamira”, envolvendo centenas de pessoas e atores da ação pública e ação coletiva. Este documento também é definido como projeto alternativo de desenvolvimento ou projeto da “Nova Colonização”; ele se propunha a “[...] recuperar o projeto de colonização em outras bases”. Neste projeto, percebe-se o papel reivindicativo da ação coletiva, mas também o papel de ator social propositivo que passa a marcar o perfil do MPST (MPST, 1991b), cobrando para a realização de suas ações assessoria de um quadro gerencial e de instituições de pesquisa a fim de fundamentar o projeto de desenvolvimento que referenciava as reivindicações e proposições. Neste contexto foi constituída a Fundação Viver, Produzir e Preservar e, em 1993, a parceria com o LAET, via Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET).

9 O termo *dirigente* é utilizado pelas lideranças da ação coletiva para nomearem os *jovens CFRs* que atuam nos quadros institucionais da mesma, como STTRs, FVPP, Associações, Cooperativas, ou ainda em ações sócio comunitárias ligadas à igreja católica como Grupos de Jovens, dentre outras. Os jovens também utilizam esse termo para se autonomearam. Adiante assumimos também no texto a definição de *mediadores dirigentes* para falar destes *jovens*.

sos de diferenciação social em relação à família dada a mobilização do saber escolar, técnico referendado no meio ambiente enquanto valor e como uma precaução ética. Elegemos como recursos analíticos para apreendermos essas ruralidades dos *jovens agricultores* os seguintes elementos: 1- as práticas de trabalho (que revelam novos arranjos da sucessão familiar e da sociabilidade, bem como arranjos distintos quanto à mobilidade campo-cidade); 2- o cálculo econômico envolvendo o uso da terra.

Entre os egressos da CFR, observamos relações típicas de uma sociabilidade comunitária orientada pelas expectativas de comportamento do grupo doméstico e da comunidade local e têm por base o costume, ou o respeito por valores partilhados que comumente orientam as escolhas dos agentes (DUBAR, 2005, p.108). Relações como estas são mais presentes entre os *jovens CFRs campo e campo-cidade*.

Isto revela-se nas dinâmicas de trabalho dos *jovens* e suas famílias, às quais se poderia, a título de exemplo, acrescentar o lugar de residência dos *filhos CFRs*, principalmente os casados que estão no campo. Estes moram sempre perto da família de origem (não mais que um quilômetro), trabalhando com os pais e irmãos e/ou orientando-os. Os *CFRs campo-cidade*, casados ou solteiros, parecem igualmente obedecer a uma lógica de sucessão no lote, senão, do gerenciamento da propriedade familiar com ou pelo pai. Em ambas as situações de trabalho e residência dos *ex-CFRs* é revelada uma proximidade física ou geográfica e social com a família de orientação e com o campo.

O conteúdo social que alimenta as representações dos ex-alunos acerca de como se vêem (e como são vistos) quanto a seu lugar ou papel na dinâmica de trabalho nos lotes, expressa uma profunda auto responsabilização com as atividades que desenvolvem e se colocam como os “gerentes do lote” ou ‘os cabeças’ junto ao pai. O capital cultural (escolar ambientalizado) adquirido na CFR é comumente acionado como instrumento que possibilitou a estes *jovens* passar da posição de ajudantes, antes da escolarização na CFR, para gerentes do lote, após a CFR. Na narrativa abaixo, percebe-se essa mudança de posição destes jovens na família de orientação e na sua relação com o pai¹⁰,

Gerenciava [o lote com o pai]. Era tipo assim, **eu que era o chefe, o cabeça da coisa**. Até hoje eu chego lá: “Pai, tá precisando disso, tá precisando daquilo”. [...] **Geralmente quando eu tava** lá no lote [paterno] eu usava [o conhecimento formal/escolar] e, tipo assim, pra plantação, pra criação do gado, a plantação do cacau, a plantação do café, o tempo de adubação. (Ex-aluno 4/CFR – 5ª turma, 24 anos).

É ainda mobilizando o saber escolar ambientalizado que estes *jovens*, em geral, definem a si mesmos, bem como as mudanças vivenciadas no cotidiano do trabalho. Eles assinalam que após a escolarização da CFR o trabalho estaria sendo “planejado, mais assim na técnica”. Consideram-se “agricultores melhores do que os pais”, e supõem que, aliando o planejamento técnico e a diversificação da produção aos esforços de trabalho, melhorariam a geração de renda, mesmo em lotes menores, bem como reduziriam o gasto de energia do corpo e da terra:

Eu **me considero um agricultor melhor do que meu pai**; olhe, eu **produzo mais e trabalho menos em uma área menor**, porque essa área aqui é meio lote [50 hectare] que o pai deu, era só pasto, eu tô recuperando e plantando cacau [...] a gente planeja mais assim na técnica (Ex-aluno 20/CFR – 2ª turma, 30 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

A ideia de que a sustentabilidade ambiental no campo passa pela produção de alimentos

10 Nas entrevistas observa-se que os *pais CFRs* também demonstram satisfação com os retornos que os filhos têm apresentado no trabalho agrícola, porém, falaram pouco sobre isto (talvez por ter sido explorado de forma não muito detida durante a entrevista) e demonstram uma sutil, ou pouco revelada, insatisfação quando consideram o que eles poderiam estar realizando nos lotes se tivesse sido possibilitados a eles o acesso aos créditos agrícolas via Associação dos Ex-alunos da CFR e demais projetos apontados como perspectiva de concretização após o período de estudos na escola.

se faz presente nas representações e práticas produtivas dos *jovens agricultores*. Os mesmos se esforçam para manter uma produção destinada exclusivamente para a família (arroz, feijão, animais de pequeno porte, espécies frutíferas), além da produção destinada exclusivamente à venda e geração de renda (a exemplo do cacau e do gado que vêm sendo adotados pelos agricultores da região como as principais, senão as únicas, estratégias produtivas).

Uma mudança também é percebida na relação entre os *jovens CFRs* e seus pais quanto ao trabalho na agricultura no que tange, sobretudo, ao cálculo de confiança e risco da produção. Essa mudança se expressa em conflitos que advêm do encontro de racionalidades distintas a partir da incorporação do planejamento agrícola da propriedade sob a mediação dos *jovens CFRs* (uma racionalidade orientada pela técnica/saber escolar e outra pela tradição):

O que mudou [depois da CFR, no que se refere ao trabalho no lote], **debater sobre as coisas que tem pra fazer [no lote] antes de começar**. Antes a gente conversa primeiro aí... Ele [o pai] fala a parte dele e eu falo a minha. **Antes não tinha esse debate**. (Ex-aluno 10/CFR – 5ª turma, 19 anos. Pai 6: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

As intervenções agrícolas destacadas pelos *jovens agricultores* na propriedade familiar vão ao encontro das características acima definidoras de como estes CFRs se vêem enquanto agricultores e como conduzem sua relação de trabalho com os pais. Frisam, sobretudo, uma diferenciação técnica que alude à intensificação do uso da terra e às práticas agroecológicas e racionalizadas no sentido de cálculos econômicos em que a ciência e a técnica são referências. Dentre as mudanças que se evidenciam nas experiências técnicas dos *jovens agricultores*, nem sempre vividas sem tensões entre pais e filhos, destacam-se: o não uso ou diminuição de queimadas e uso de inseticidas e adubos químicos; o cumprimento das finalidades dos projetos e de financiamentos bancários; avaliação da relação custo e benefícios antes da tomada de decisões - mudanças nos plantios permanentes e compra/venda de gado bovino, etc.

Como se vê nos relatos anteriores, um traço característico do trabalho agrícola dos egressos da CFR que vai ao encontro dos interesses dos pais e das organizações envolvidas na socialização destes *jovens* (sobretudo do STR, MDTX/FVPP e LAET/UFGA) diz respeito à incorporação da ciência em suas práticas de trabalho. Esta se afigura como um dos principais instrumentos possibilitadores de uma relação com a terra e o trabalho agrícola orientada por uma ética ambiental e por uma lógica de planejamento ou gerenciamento do lote que parece responder às necessidades de intensificação das atividades agrícolas e ao uso sustentável da terra, com a preservação da floresta e das águas enquanto principais recursos naturais do lote.

Há, porém, uma diferença nos itinerários de uso da ciência e da técnica na intensificação da produção agrícola enquanto estratégia para preservação do meio ambiente: os *jovens* de famílias com melhores condições econômicas¹¹, apresentam em maior quantidade e qualidade aquelas práticas; diferentemente dos *jovens* de famílias com menores condições econômicas. Vejamos no cálculo econômico de exploração da propriedade agrícola de um dos *CFRs campo* como estes mobilizam o saber técnico/escolar no planejamento e gerenciamento do lote:

Cara, **eu acho que foi 100%** [...] quando saí da CFR, você sai com outra visão da forma de fazer agricultura [...] **tô colocando em prática a forma mais certa de podar o cacau, colocando mais pra produzir cabeça de gado purificada; deixar a beira do rio, tentar reflorestar onde é que tá desmatando**. [...] a

11 Adotamos essa tipificação “*jovens* de famílias com melhor ou menor condição econômica” tendo em vista que durante as entrevistas percebemos o fator econômico enquanto um dos elementos importantes para adoção ou não de práticas agrícolas orientadas pela questão ambiental. Assim, nessa parte do texto, aglutinamos em duas aquelas quatro tipificações iniciais: 1- ***jovens* de famílias com melhor condição econômica** (em geral a família tem um ou dois lotes, adquiriu financiamentos do FNO especial e/ou do Pronaf, tem moradia construída em alvenaria, tem uma moto ou carro, tem criação de gado e/ou cacau); 2- ***jovens* de famílias com menor condição econômica** (famílias que não apresentam as características anteriores ou apresentam em parte).

questão de pouco nível ou não de aração, tentar tocar na mecanização [...] a área, é uma área de irrigação... agora provavelmente a gente vai usar cacau pra gente, tipo clonar cacau [...] **aí a gente vai usar serragem de gado, porque é um sistema que tem cuidados muito especiais, aí sempre planta milho, feijão, melancia, tudo nessa área** (Ex- aluno 8/CFR – 4ª turma, 22 anos. Mãe 2: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

Os *jovens* oriundos de famílias com menos condições econômicas, e mesmo os *jovens* oriundos de famílias com melhores condições econômicas que moram com os pais no lote da colonização, avaliam que têm o saber técnico e a habilidade profissional adquiridas na CFR para aplicá-los nos lotes. Porém, lhes faltam recursos financeiros para o fazerem, considerando a precariedade dos solos e o limite da reserva legal de florestas (em muitas situações já ultrapassado) no lote paterno. A proximidade com a *cidade* pela compra de chácaras de terra roxa, aparece nos cálculos econômicos e projetos de futuro dos *jovens* como um horizonte possível para pôr em prática os saberes (fundados na ciência) e técnicas para intensificação da agricultura de cunho ‘ambientalizado’. Vejamos o depoimento de um *jovem* solteiro que mora e trabalha no lote paterno:

Eu considero que coloco em prática o que eu aprendi só 5%[...]. Eu quero comprar perto de Medicilândia, perto da cidade, eu tenho vontade de mexer com viveiro de mudas e horta, o que der pra plantar em negócio de horta, pepino, melancia, porque aí, perto da cidade, facilitava o transporte [...] sendo um raio de 5 km, dá pra ir de moto. Se eu tiver condições de comprar lote grande, que preferia, pra plantar cacau que dá bem [...] (Ex-aluno 13 / CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai 8: *Colono Pioneiro*).

Ainda que os *jovens* de famílias com menos condições econômicas apresentem uma preocupação ambiental, destacam que a situação do lote e os recursos financeiros que dispõem não lhes possibilitariam outras práticas agrícolas. O cálculo econômico empreendido pelos *jovens agricultores* oriundos de famílias de menor condição econômica, portanto, em muito diferencia-se da citada anteriormente, quanto a uma ética ambiental e ao emprego da ciência no gerenciamento do lote:

Aqui só tem gado mesmo, na base de 110 cabeça, mais ou menos, mais o cavalo; é só um lote [100 hectares]. **O lote tá todo aberto, a mata acabou toda, só tem um pedacinho... vou tirar logo, acabar tudo....** E aqui nós ficamos numa área muito ruim, a terra muito arenosa; meu irmão mais velho plantou até um cacau lá, mas não compensa não, é muito difícil [...], **lavoura branca só mesmo pra manutenção. O gado a gente vende quando precisa, vende pra manutenção dele também:** vacina, sal mineral, essas coisas. [...] **Nós tem plano de comprar outro pedaço de terra, plantar cacau** (Ex-Aluno 16/ CFR – 1ª turma, 36 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Nas práticas socioprofissionais atuais, as chácaras de terra roxa ou mista e o cacau afiguram-se como uma espécie de ‘sonho’ entre todos os egressos da CFR e ao mesmo tempo como condição de possibilidade para a efetiva prática agrícola com aquelas características enfatizadas na formação da CFR. Nelas se projeta principalmente a plantação de cacau – que parece tratar-se de uma espécie de “conta bancária” no sentido de garantir a estabilidade financeira para os *jovens agricultores*, ainda que com dificuldades. Projetam ainda o cultivo de hortaliças para a venda na cidade, dentre outras formas de agricultura para subsistência apenas. Nos lotes de terra mista, é comum os *jovens CFRs* e suas famílias apostarem atualmente no plantio de cacau (nas faixas de terra roxa) com a esperança de que venha a produzir para a garantia da estabilidade financeira, nestes casos, o gado é que ainda se afigura como a

“conta bancária”. A pecuária apresenta-se em menor ocorrência entre os *CFRs*, principalmente enquanto projeto de futuro, (ainda comum entre os demais agricultores), sendo, porém, mais aceita entre os *jovens* oriundos de famílias com menor condição econômica, como se viu anteriormente.

As transações com a terra (como o desejo de que os pais vendam o lote da colonização; a perspectiva de comprar chácaras de terra roxa ainda que com área menor; a compra de lotes mais próximos da cidade, etc.) parecem ser influenciadas pelo tipo de uso da terra que estes *jovens agricultores* têm incorporado: a experiência técnica, a lógica de trabalho (fundada na racionalização da gestão para melhoria da geração de renda) e uma ética ambiental – dificultada senão impossibilitada nos tipos de lotes distantes da cidade, sobretudo por não se ter a infraestrutura e o capital econômico suficientes no campo.

Assim, as transações com a terra – em geral vistas de forma negativa pelos *pais CFRs* e por algumas lideranças locais, principalmente pelo investimento/expectativa maior na produção de cacau do que de alimentos –, bem como a racionalização da gestão do lote e profissionalização dos *jovens*, situar-se-iam numa dinâmica de novas estratégias destes *jovens* para permanência no campo. Estas trajetórias dos *jovens CFRs* após a escolarização não configurariam um processo de urbanização – como compreendem alguns estudos (ARNAULD DE SARTRE, 2002) –, e nem um processo de perda da condição rural ou de sua ruralidade, como sugerem muitos dos debates na academia.

Entre os *CFRs cidade* a representação em torno da terra e do *lugar* da mesma no modo de vida destes *jovens* aproxima-se mais de uma espécie de “fonte de renda” e sugerem projetar na agricultura uma “garantia de futuro”, portanto não venderiam a terra que possuem:

Na área da agricultura é, tipo assim, querer produzir pra vivermos [em resposta ao que ele considerava como sua profissão, se eletricista ou agricultor]. Até porque o município é uma fonte de renda tá entendendo? Tem a agricultura, tem a faculdade, pra montar o seu próprio negócio porque tudo é futuro[...]. Ele não é formado, mas é um cara muito experiente. [...] Rapaz, eu digo que não [em resposta se venderia o lote]. Ninguém sabe o que vem pela frente (Ex-aluno 4/CFR – 5ª turma, 24 anos).

Ainda com este tom mais empreendedor quanto ao uso da terra e sua relação com o campo, desenha-se entre os *CFRs* que moram e trabalham na cidade uma identificação¹² com o campo e uma sociabilidade em que a relação com o rural se mantém, seja pela relação com a família de orientação que ali se manteve (assim, o lote da família é o destino dos finais de semana ou férias), seja pela prática de fazer investimentos no lote paterno (sobretudo criação de gado ou cacau mantidos em parte com recursos dos *jovens CFRs* que moram e trabalham na cidade).

Expressões das ruralidades na coletividade local

Quanto às posições sociais dos *jovens agricultores* na rede de sociabilidade entre os residentes da comunidade, nas três tipologias, observam-se interações com vizinhos e parentes, seja na troca de serviços, seja em orientações técnicas sobre práticas agrícolas, seja ainda na participação destes *jovens* em programações das comunidades vicinais como festas (de padroeiro, juninas, etc.), reuniões promovidas pelo STTR, torneios de futebol. Nota-se um arranjo configurador de ruralidade orientada por estrutura de relações sociais onde os agentes estão

¹² Uso ao longo do texto os termos identificação para falar da identidade social, considerando-se a inseparabilidade entre ambos, pois na construção da identidade, têm-se processos de identificação (HALL, 2007, p. 106), ou seja, não há fusão ou ajuste total entre indivíduos e grupo, a identificação perpassa pela fidelidade, solidariedade entre o indivíduo e o grupo. Sugere “algo sempre ‘em processo’”, pois ela é um “[...] processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação [ou uma falta] e não uma subsunção” (Idem).

ligados por interação bilateral de conhecimento, constituindo um grupo ou uma coletividade de interconhecimento que enseja a pertença dos seus agentes.

É ainda na relação dos *jovens agricultores* com as organizações sociais/sindicais que se revelaria influências de uma racionalização social em curso, configurando interações societárias fundadas em uma legitimidade política do tipo racional-legal, das regras, acordos instituídos e interesses, sobretudo econômicos (WEBER, 1991, Vol. I). A quantidade de *jovens agricultores* sindicalizados, por exemplo, considerando-se as expectativas dos agentes das organizações sociais e o tipo de escolarização que tiveram na CFR e nela a influência direta das organizações sindicais, é relativamente baixa: 52% dos *ex-CFRs* (16 casos dos 31 entrevistados).

Percebe-se, entre os entrevistados, que ser sindicalizado guarda relação direta com dois fatos, os quais parecem interagir com um tipo de rotinização racional em curso nas relações dos agentes que constituem as organizações representativas dos agricultores familiares: a) o primeiro seria a relação entre ter terra própria e ser sindicalizado, assim estaria influenciando aquela composição de 52% de *ex-CFRs* sindicalizados a situação dos *jovens* solteiros e dos casados que não têm terra própria e moram com os pais (sindicalizados); b) o segundo refere-se à relação entre o nível de envolvimento direto nas organizações sociais e ser sindicalizado, entre os *CFRs* solteiros (12 casos dos 31 entrevistados), por exemplo, 8 não possuem terra própria e destes, apenas 3 são sindicalizados, os mesmos que ocupam a posição de mediadores *dirigentes*. Os solteiros que possuem terra própria (4 casos entre os 12 solteiros da amostra), 3 são sindicalizados, destes, 2 são mediadores *dirigentes*. Entre os *CFRs campo-cidade*, apenas 1 (que não possui terra) não é sindicalizado. Dos mediadores *dirigentes*, casados ou solteiros, todos são sócios do STTR, mesmo os que não possuem terra própria. Entre os *CFRs cidade* nenhum é sindicalizado, nenhum destes possui terra própria.

Do ponto de vista qualitativo, observa-se que nas representações destes *jovens*, há uma espécie de cobrança moral por não serem associados ao principal órgão que lhes representa e por considerarem que não participam nas ações coletivas tanto quanto o esperado. Observa-se também que – tal como os *pais CFRs* –, os *filhos CFRs* mobilizam o pertencimento à categoria de trabalhador rural e, por extensão, o pertencimento ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais como definidor do ‘ser agricultor’ (além do tipo de propriedade agrícola: quantidade de terras e o que se produz nela); havendo uma identificação política destes *jovens* com aquele importante ator social na trajetória histórica do grupo:

Eu não sou sindicalizado não; rapaz, eu tenho até vergonha, mas não sou [...] porque eu sou trabalhador rural.... o sindicato é um órgão que representa o trabalhador rural [...]
(Ex-aluno 13 / CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai 8: *Colono Pioneiro*).

Uma das características pertinentes à condição econômica e social dos *jovens agricultores*, logo, dos traços diferenciadores, se traduz por uma espécie de *conceito-valor* manifestado no *destaque* a eles atribuído (tanto pelos agentes da ação coletiva, quanto pela sociedade envolvente) e pelos *jovens* interiorizado. Esta posição de *destaque* também é revelada nas avaliações e/ou formas como os mesmos são representados e representam a si mesmos através de expressões como: “ter consideração”, “ser olhado com outros olhos”, ou ainda, “ter reconhecimento”.

Este *conceito-valor* foi apresentado primeiramente de forma espontânea em entrevista com uma liderança local, ex-coordenador da CFR em Medicilândia. Em entrevistas com outros agentes, quando questionados se havia e/ou há este *destaque* dos *jovens* egressos, os mesmos confirmaram, apontando algumas oscilações deste *destaque* ao longo da trajetória da CFR. Entre os *jovens agricultores* e seus pais, quando perguntados ‘o que havia mudado em suas vidas após a formação que tiveram na CFR’, a ideia de *destaque* foi sendo confirmada/demonstrada, espontaneamente, pelas demais expressões referidas neste texto: “passou a ser olhado com

outros olhos...”, “teve mais reconhecimento...”, etc¹³.

Este *destaque* está presente em duas dimensões que se poderia dizer definidoras da posição (ou das posições) dos ex-CFRs: a primeira é a dimensão social ou das interações na sociabilidade em que a prática política destes *jovens* inclui-se; a segunda é a dimensão técnica de seus saberes e práticas produtivas na agricultura. As falas a seguir são exemplares deste possível posicionamento:

[...] **Ser gente** é o cara com conhecimento que pode se destacar dentro de uma política, no comércio [...], então os **jovens da CFR tinha um destaque**; no comércio quando via um jovem da CFR dizia: “ – oi meu jovem, como vai você?”; **um jovem de uma outra escola não tinha esse tratamento** [...](Liderança local/CFR. Ex-coordenador da CFR).

Tem sempre uma credibilidade, eu acho; no caso, vamos supor, **se ele [ex-aluno da CFR] chega numa assembleia de sindicato, num seminário, quando se apresenta, fala que é, que foi, é ex-aluno da Casa Rural, sempre, se eles quisesse, eles tinha mais oportunidade**, talvez até mais que um outro aluno né, **sempre tem mais uma facilidade de entrar** [...]. Também eu acho assim que **esse grupo que estudou na Casa, hoje eles tão mais, assim, sabe administrar melhor o lote**, a gente nota, que **tem uma diferença** [...] **eles não conseguem administrar né, o lote, de acordo mais na técnica, melhor** [...] **quem passou pela Casa Familiar Rural tem uma maneira diferenciada de administrar o lote**. (Pai 2/CFR – 4ª Turma. Liderança local. Ativista do Partido dos Trabalhadores. 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

Dentre os *jovens CFRs* que mais têm presente a auto percepção e percepção externa de *destaque*, estão 15 dos *jovens* da amostra definidos como *dirigentes*, e estão na tipificação *CFRs Campo e Campo-cidade*. Representam, portanto, 48% do total da amostra. Estes *jovens* exercem (12 casos) ou já exerceram (3 casos) atividades socioprofissionais com perfis e práticas de mediação entre os agricultores em suas vicinais e os serviços ofertados na cidade seja nas organizações sociais/sindicais, seja nos órgãos públicos estatais, nas empresas, nos bancos, etc. Quando considerado o número de *jovens* que manifestaram o desejo de atuarem como mediadores, traduzido no possível exercício de liderança nas organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas, amplia-se o número de egressos com perfil de mediadores para 17 *jovens* (55% da amostra).

Estes intermediários entre campo-cidade têm uma posição distinta na coletividade local, sobretudo por seu papel de influência e poder (social, econômico e político), como mediadores entre os camponeses, suas instituições representativas e os grupos externos. Têm, de certa forma, um duplo pertencimento entre o campo e a cidade, que lhes permite o trânsito entre os grupos, o acesso e a capacidade de divulgação de informações; bem como lhes atribui o *lugar* de representantes de interesses dos agricultores e, por vezes, da coletividade local.

As práticas socioprofissionais, as formas de pensar-se e de relacionar-se dos demais *jovens CFRs* (para além chamados *Jovens CFRs dirigentes*), nos permite pensar que aqueles

13 Convém ressaltar que ao longo das entrevistas realizadas, a ideia de *destaque* é recorrentemente acionada sempre quando os agentes falam também das lideranças locais e regionais do MPST/MDTX, STR, FVPP, PT, as quais teriam se formado como tal porque “foram se destacando nas discussões, nos debates, nas lutas...”. O *destaque* teria assim um conteúdo de prestígio, reconhecimento no interior do grupo e de competência política, profissional, que atribuem aos sujeitos investidos do *destaque* uma posição pública respeitável.

também ocupam, em maior ou menor escala, o lugar de agentes mediadores, quando se pensa os sujeitos e tipos de ações que constitui este conceito: agentes que desenvolvem ações profissionais, técnicas, culturais ou políticas movidos pelos princípios e projetos do grupo ao qual pertencem e deles recebem a socialização compatível com as fronteiras que os definem como tal (PESSANHA, 2008).

As disposições ou interiorizações de saberes, valores, gostos, habilidades e representações adquiridas pelos *jovens agricultores* parecem construir um processo de *distinção social* que se revelaria através de um conhecimento distinto (escolar e ambientalizado) e um reconhecimento dos traços distintivos que os definem enquanto pertencentes a um grupo social. A escolarização diferenciada na CFR, assumiria o lugar de agenciamento para construção/reprodução do *habitus* (BOURDIEU, 2007), e a partir deste, tem-se a constituição de uma distinção social e agentes mobilizados.

Considerações Finais

Considerando-se a trajetória dos *filhos CFRs* e dos demais filhos que não estudaram naquela escola, os dados obtidos permitem inferir que são os *jovens* egressos da CFR que têm permanecido no campo sob diferentes formas ou arranjos de condição camponesa, atendendo às expectativas dos agentes do campesinato e das famílias de orientação. A conjunção das práticas socioprofissionais, aliadas às representações orientadoras das formas como os *jovens agricultores* definem-se a si mesmos hoje (e como são definidos pelos demais agentes), revela a posição de distinção social destes *jovens* e está intercambiada com o uso que eles fazem ou pretendem fazer da terra (uma lógica de trabalho referendada na intensificação da produção): 1- passaram da posição de ajudantes a gerentes da propriedade familiar; 2- definem-se como “agricultores profissionais, “melhores que os pais”, pois estariam produzindo mais em área menor, se desgastando menos e investindo menos, porém melhor, em cuidados ambientais; 3- estão revalorizando a terra como lugar de vida e horizonte de seus projetos de futuro.

A relação de trabalho e/ou residência com/na cidade, bem como o assalariamento dos *CFRs campo-cidade* e *cidade*, vistos comumente como sinônimo de “urbanização” dos *jovens* ou como “efeito inverso da intervenção da CFR”, cumprem um importante papel na produção e reprodução das famílias. Do ponto de vista econômico-financeiro e social trata-se de arranjos para a permanência no campo enquanto agricultores, pois o assalariamento destes *jovens* em empregos ou em programas das organizações sociais possibilita a sua permanência na cidade, mantendo-os próximos física e socialmente dos pais, atendendo portanto às expectativas de que estes filhos “estudados” assumissem ou contribuíssem no gerenciamento da propriedade familiar “com planejamento e técnicas”. Permite, ainda, à unidade doméstica acumular recursos que nas práticas socioprodutivas destes *jovens* tem se traduzido no aumento ou (no caso das famílias menos capitalizadas) na manutenção do patrimônio familiar; e, ainda, possibilitando aos *jovens* (sobretudo os que estão morando na cidade) comprar terras e projetarem-se como proprietários.

A atuação socioprofissional dos egressos da CFR, especialmente dos *CFRs mediadores dirigentes*, revelam uma forma de liderança distinta da de seus pais. Estes apresentavam uma liderança de caráter visivelmente político, no sentido da defesa de interesses do grupo, aliada a partidos políticos e à intensa movimentação social, através da ação coletiva. Os novos mediadores teriam uma liderança de caráter mais técnico, tendo em vista as atuações mediadas pelo conhecimento formal em agropecuária e de cunho ambientalizado, voltado para as práticas agrícolas, seja diretamente nos lotes, seja nas ações formais em cargos e funções. Trata-se, todavia, de uma forma de liderança não menos política, tendo em vista os desafios para atendimento de exigências da ação pública.

Os *jovens* formados na CFR revelam no pensar a si mesmos, na sua condição social, bem como em suas práticas socioprodutivas, formas de ruralidades cujas auto denominações “agricultores profissionais”, com “mais técnica”, certamente são suas marcas constitutivas oriundas do processos de ambientalização e de escolarização. Também essas ruralidades são expressões do espaço social construído por atores coletivos, onde se assiste à coexistência do mundo rural

e do mundo urbano, da tradição e da racionalização, cujo melhor significado talvez esteja na noção de ruralidades construídas reflexivamente, tal como analisa Brandenburg (2018; 2010).

A reflexividade (dos agentes e das instituições), tal como define Guiddens (1991) é um traço fundamental da modernidade, na qual “todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas”, tais práticas são constantemente examinadas e reformuladas possibilitando deslocamentos das relações sociais para extensões indefinidas de tempo e espaço. Esta característica, a reflexividade, revelada nas representações sociais e práticas socioprodutivas dos *juvens agricultores*, nos faculta afirmar que estamos vivendo um processo de modernização do mundo rural, sem perder importantes referências identitárias típicas do seu modo de vida como o campo e as práticas de socioprodutivas (inclusive a agricultura).

Referências

ACSELRAD; H. **Ambientalização das lutas sociais**: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, pp 103-119, 2010.

AQUINO, M. J. “Socioambientalismo” e Novas Territorialidades: Complementaridades e Antagonismos em Desenvolver e Proteger. In: ROCHA; MAGALHAES; TEISSERENC (Orgs). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: EDUFPA, 2009. p. 231-260.

ARNAULD DE SARTRE, X. Entre condição de agricultor e profissão: reproduções e construções sociais de jovens agricultores numa frente pioneira amazônica. In: **Actes du VI Congrès Latino Américain de Sociologie Rurale**. Sustentabilidad y Democratización de las Sociedades Rurales Lationamericanas. Porto Alegre, Nov. 2002. Disponível em: <http://halshs.ccsd.cnrs.fr/doc>.

AZEVEDO, S. de; PRATES, A. A. P. Planejamento Participativo Movimentos Sociais e Ação Coletiva. In. **Ciências Sociais Hoje**, 1991. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1991. p. 122-152.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. O capital social – notas provisórias. In. NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998 (Ciências sociais da educação).

BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA**. Cooperação Financeira: República Federal da Alemanha – KFW, União Européia – CEC, Rain Forest Trust Fund – RTF, Fundo Francês para o meio Ambiente Mundial – FFEM. Revista VII – Outubro de 2006. 63 p. (Série Sistematização).

BRANDENBURG, A. (org). Ruralidades do mundo rural contemporâneo. **Mundo rural e ruralidades**. Paraná: Editora UFPR, 2018.

_____. **Do rural tradicional ao rural socioambiental**. *Ambiente e Sociedade*, v. 13, p.417-428,2010.

CARNEIRO, M.J. **Ruralidades**: novas identidades em construção. *Revista Estudos- Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRRJ/DDAS/CPDA. N. 11, out. 1998.

DUBAR, C. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba:

Agropecuária, 1999.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRISA, C. & SCHNEIDERS, S. (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

HALL, S. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 103-133.

LARRÈRE, C.; LARRÈRE, R. **Do Bom Uso da Natureza**: para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa: Instituto Piaget. 1997.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006 (NEAD, 12).

MORAES, M. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidade na ordem da razão. *Raízes*, Campina Grande, n. 17, p 121-134, jun. 1998.

MPST-Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica; FVPP- Fundação Viver, Produzir e Preservar. **Projeto Global de Desenvolvimento da Região da Transamazônica** (Cooperação ICCO/MPST). 1996. 27p. (Mimeo).

NEVES, D. P. Mediação Social e mediadores políticos. In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator social. In: **O mundo rural como espaço de vida**. Porto Alegre: EUFRGS, pp23-262,2009.

_____. Raízes do Campesinato Brasileiro. In: TAVARES, E.; MOTA, D. M; IVO, W. M. (Eds). **Encontro de pesquisa sobre a questão agrária no tabuleiro costeiro de Sergipe**, 2, 1997, Aracaju-Se. Agricultura Familiar em debate – Anais. Aracaju: EMBRAPA-CPATC, 1997, p. 9-40.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1979.

Recebido em 19 de fevereiro de 2020.

Aceito em 13 de julho de 2020.